

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019



VIVER PREVIDÊNCIA
CNPJ nº 33.767.492/0001-02

CARTA PATENTE SUSEP nº 093

DIRETORIA EXECUTIVA

Amando Aparecido Ramos
Diretor Presidente

Wesley Wagner de Assis
Diretor Vice-Presidente

Wanderleia Gomes da Silva Moreira
Diretora Executiva

SUPERINTENDENCIA

Rodelf Roner Oliveira Vieira
Superintendente

GERENTE CONTÁBIL

Renata Lima Maciel Villela Pedras
Contadora
CRC/RJ nº 091943/0

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcus Vinicius Stilben Medeiros
MIBA nº 912

As Demonstrações Financeiras da VIVER PREVIDÊNCIA, foram veiculadas no Diário Oficial da União e Jornal do Comércio, na edição do dia 26 de fevereiro de 2021.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2020 e 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Realizamos a substituição do Auditor Atuarial Independente, exercício 2020, contratando a Grant Thornton Brasil, firma-membro da Grant Thornton International.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A liquidez em relação ao Capital de Risco é de 83%, superando o mínimo estabelecido pela SUSEP de 20%. O Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 36 milhões possui suficiência em relação ao Capital Mínimo Requerido de 536%. O Superávit do exercício foi de R\$ 2,331 milhões.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO

A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit acumulado de exercícios anteriores nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP n° 517/2015, declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações.

PLANO DE NEGÓCIOS

Para o triênio de 2021 a 2023, aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 51% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 6 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios.

Objetivando a redução do risco, será estudada a securitização de parte da carteira de Assistência Financeira.

Dando continuidade ao plano de desinvestimento em imóveis, a Entidade continuará buscando alienar os imóveis destinados à venda.

Faz parte do planejamento estratégico da Entidade o crescimento de sua base de participantes, sua transformação de sociedade civil, sem fins lucrativos, para sociedade anônima, através do aumento de capital obtido junto aos parceiros investidores, e, já iniciou o processo de constituição de uma sociedade seguradora S.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021.

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		31.475.330,52	28.522.795,64
Disponível		1.069.199,04	659.190,94
Caixa e Bancos		1.069.199,04	659.190,94
Aplicações	4	12.616.263,66	8.262.049,00
Créditos das Operações com Previdência Complementar	9	645.841,03	692.615,69
Valores a Receber		645.841,03	692.615,69
Títulos e Créditos a Receber		4.708.623,10	5.627.506,77
Títulos e Créditos a Receber	10	2.303.796,94	1.821.049,07
Créditos Tributários e Previdenciários		14.627,51	187,77
Assistência Financeira a Participantes	12	2.302.416,18	3.731.061,26
Outros Créditos	13	87.782,47	75.208,67
Outros Valores e Bens		12.414.797,59	13.256.167,73
Bens à Venda	14	12.414.797,59	13.256.167,73
Despesas Antecipadas		20.606,10	25.265,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE		20.668.119,21	23.808.563,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		18.566.790,54	18.764.277,13
Aplicações	4	9.646.978,13	9.290.934,10
Títulos e Créditos a Receber		8.913.976,42	9.437.324,56
Títulos e Créditos a Receber	10	2.433.006,83	2.078.129,72
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	473.016,37	441.387,12
Assistência Financeira a Participantes	12	5.318.605,35	6.359.317,24
Outros Créditos Operacionais	13	689.347,87	558.490,48
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		5.835,99	36.018,47
Investimentos	15	330.614,63	3.224.545,24
Imóveis Destinados à Renda		330.614,63	3.224.545,24
Imobilizado	16	1.152.475,87	1.174.964,47
Imóveis de Uso Próprio		1.100.569,94	1.124.275,22
Bens Móveis		51.905,93	50.689,25
Intangível	17	618.238,17	644.776,47
Outros Intangíveis		618.238,17	644.776,47
TOTAL DO ATIVO		52.143.449,73	52.331.358,95

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		3.713.922,64	3.446.390,38
Contas a Pagar		454.276,74	478.512,97
Obrigações a Pagar	18	292.377,87	332.126,49
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		44.465,12	45.107,72
Encargos Trabalhistas		87.993,89	83.163,57
Impostos e Contribuições		28.937,52	17.459,79
Outras Contas a Pagar		502,34	655,40
Débitos de Operações com Previdência Complementar		21.935,10	23.340,47
Outros Débitos Operacionais		21.935,10	23.340,47
Depósitos de Terceiros	19	1.146.991,89	721.362,13
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	20	2.090.718,91	2.223.174,81
Planos Bloqueados		107.427,60	122.590,31
Planos não Bloqueados		1.983.291,31	2.100.584,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.035.205,43	14.536.719,29
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	20	8.116.600,38	8.950.684,71
Planos Bloqueados		556.779,50	556.352,48
Planos não Bloqueados		7.559.820,88	8.394.332,23
Outros Débitos	21	5.918.605,05	5.586.034,58
Provisões Judiciais		5.918.605,05	5.586.034,58
PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS	22	34.394.321,66	34.348.249,28
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		1.958.613,96	2.364.483,34
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(693,28)	2.337.509,44
Superávits Acumulados		12.588.458,71	9.798.314,23
TOTAL DO PASSIVO		<u>52.143.449,73</u>	<u>52.331.358,95</u>

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em Reais)

	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2020	31.12.2019
Rendas de Contribuições e Prêmios		4.415,97	6.387,87
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		77.574,86	333.502,48
Receitas de Contribuições e Prêmios		81.990,83	339.890,35
Variação de Outras Provisões Técnicas		(181.783,66)	(23.162,05)
Benefícios Retidos	23	(348.940,68)	(880.958,82)
Custos de Aquisição	23	(229.641,12)	(187.118,65)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	23	(285.275,47)	207.276,13
Contribuições para Cobertura de Riscos		2.973.998,86	2.416.154,05
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		2.305.591,65	(1.671.390,70)
Prêmios Ganhos		5.279.590,51	744.763,35
Sinistros Ocorridos	23	(161.607,38)	(653.296,48)
Custos de Aquisição	23	(254.688,16)	(246.907,32)
Despesas Administrativas	23	(2.514.628,89)	(2.646.842,07)
Despesas com Tributos	23	(650.031,67)	(484.809,20)
Resultado Financeiro	23	1.925.184,32	5.267.487,72
Resultado Patrimonial		(360.613,61)	(124.694,42)
Resultado Operacional		2.299.555,02	1.311.628,54
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes		31.073,81	-
Superávit do Exercício		2.330.628,83	1.311.628,54

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado Líquido do Exercício	2.330.628,83	1.311.628,54
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(625,84)	(118,68)
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento	(2.337.576,88)	-
Total Resultado Abrangente do Exercício	(7.573,89)	1.311.509,86

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido das Entidades Sem Fins Lucrativos

(Valores expressos em Reais)

Discriminação	Reservas de		Ajustes TVM/ Avaliação Patri- monial	Superávits ou Déficits Acumulados	Total
	Patrimoniais	Retenção de Superávits			
Saldos anteriores em					
31 de dezembro de 2018	19.847.942,27	1.734.023,25	2.337.628,12	9.117.145,78	33.036.739,42
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	(118,68)	-	(118,68)
Superávit do Exercício.....	-	-	-	1.311.628,54	1.311.628,54
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios.....	-	630.460,09	-	(630.460,09)	-
Saldos anteriores em					
31 de dezembro de 2019	19.847.942,27	2.364.483,34	2.337.509,44	9.798.314,23	34.348.249,28
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	(625,84)	53.646,27	53.020,43
Ajustes de Avaliação ao Valor Justo de Propriedades para Investimento.....	-	-	(2.337.576,88)	-	(2.337.576,88)
Superávit do Exercício.....	-	-	-	2.330.628,83	2.330.628,83
Proposta para Destinação do Superávit....					
Reservas para Contingências de Benefícios.....	-	(405.869,38)	-	405.869,38	-
Saldos finais em					
31 de dezembro de 2020	19.847.942,27	1.958.613,96	(693,28)	12.588.458,71	34.394.321,66

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.2020	31.12.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido do Exercício	2.330.628,83	1.311.628,54
Ajustes para:		
Depreciação e Amortizações.....	308.849,60	342.750,55
Variação no Valor Justo de Propriedades para Investimento.....	53.646,27	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros.....	(4.710.258,69)	(5.539.124,19)
Créditos das Operações de Previdência Complementar.....	46.774,66	50.264,39
Créditos Fiscais e Previdenciários.....	(14.439,74)	(16,32)
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	(31.629,25)	(40.755,85)
Despesas Antecipadas.....	4.659,41	4.447,01
Outros Ativos.....	2.359.853,42	1.931.391,77
Impostos e Contribuições.....	11.477,73	(47.428,78)
Outras Contas a Pagar.....	(153,06)	-
Débitos das Operações com Previdência Complementar.....	(1.405,37)	4.669,99
Depósitos de Terceiros.....	425.629,76	(263.324,52)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar.....	(966.540,23)	2.273.461,74
Provisões Judiciais.....	332.570,47	(22.156,82)
Outros Passivos.....	(35.560,90)	(337.063,06)
Valor Justo Ativos Financeiros.....	(2.338.202,72)	(118,68)
Caixa (Consumido) pelas Operações	(2.224.099,81)	(331.374,23)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	(2.224.099,81)	(331.374,23)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:		
Investimentos.....	2.893.930,61	-
Imobilizado.....	437,49	-
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado.....	(15.486,00)	(4.365,88)
Intangível.....	(244.774,19)	(255.202,15)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	2.634.107,91	(259.568,03)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	410.008,10	(590.942,26)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício.....	659.190,94	1.250.133,20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício.....	1.069.199,04	659.190,94

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da Entidade.

- a) **Ramos de Atuação** - Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes.
- b) **Regiões de Atuação** - Autorizada pela SUSEP a operar nacionalmente, atualmente, operamos nas principais regiões do país.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Foram elaboradas conforme a Circular SUSEP nº 517/2015 e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela SUSEP, no que não contrarie a Circular SUSEP nº 517/2015.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual.

A Diretoria Executiva, mediante reunião realizada em 12/02/2021, autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram;

b. Aplicações - A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias (Nota 4): **1) Mantidos até o Vencimento:** Ativos não passíveis de negociação e registrados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos, reconhecidos no resultado do período; **2) Disponíveis para Venda:** Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Os rendimentos são reconhecidos em Resultado Financeiro, na Demonstração do Resultado; **3) Determinação do Valor Justo:** O valor unitário da quota do fundo de investimento é determinado pela instituição financeira e considera a valorização dos títulos públicos que compõem a carteira pelo valor de mercado. Para os títulos privados cuja rentabilidade é estabelecida tendo como base as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI) ou por taxas prefixadas, consideram-se as características do resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o valor justo;

c. Créditos das Operações - Valores a Receber - Previdência Complementar - contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9);

d. Títulos e Créditos a Receber - 1) Títulos e Créditos a Receber - Créditos a Receber - demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10); **2) Assistência Financeira a Participantes** - demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12);

e. Investimentos - representados pelo custo de aquisição de terrenos e edificações destinados à renda e/ou valorização do capital. (Nota 15);

f. Imobilizado - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; Veículos 20%; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável (Nota 16);

g. Intangíveis - referem-se aos gastos com licenças de uso, implantações e desenvolvimentos de sistemas operacionais, cuja amortização se dará linearmente à taxa anual de 20% (Nota 17);

h. Redução ao Valor Recuperável ("Impairment") - conforme definido no CPC 01 (R1), a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, a saber:

- 1) **Valores a Receber** - a redução ao valor recuperável é representada pelas parcelas mensais de contribuições de planos de previdência emitidas, mas não recebidas há mais de sessenta dias (Nota 9);
- 2) **Títulos e Créditos a Receber** - a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e o resultado negativo entre o valor recebido e as receitas apropriadas (Nota 10);
- 3) **Assistência Financeira à Participantes** - com base em levantamento dos contratos, que apresentem atraso superior há sessenta dias, considerados integralmente vencidos, descontadas as receitas a apropriar (Nota 12);

i. Provisões Técnicas - constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pela SUSEP (Nota 20):

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC e Benefícios a Conceder - PMBAC foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, com o intuito de fazer frente aos compromissos da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseados no Regime financeiro de Capitalização;

Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG foi calculada de forma pro rata die, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos (RVNE);

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR para os planos de capitalização foram constituídas através dos percentuais determinado pelo Órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios em Repartições Simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Actuarial apresentada na avaliação de 31/12/2013;

Provisão Para Despesas Relacionadas - PDR foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais;

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagas, inclusive os valores das causas judiciais em Lide;

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelos saldos dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado;

Provisão Complementar de Cobertura - PCC constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor;

j. Encargos Trabalhistas - constituídos pela provisão de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados;

k. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes - Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados as avaliações dos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas, conforme CPC 25, exceto para processos relacionados a benefícios (Nota 21);

l. Outros Ativos e Passivos - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo;

m. Estimativas e Julgamentos - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Entidade possa vir a ser obrigada a efetuar em função do desfecho desfavorável de

ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente (Nota 21);

n. Isenções Tributárias - A Entidade é considerada isenta, não tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 3b.)

a) Composição - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários nas categorias Títulos Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, ficando os mesmos classificados e ajustados nos níveis de hierarquia 1 e 2.

Mês de referência 12.2020					
Composição	Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/ Valor Justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada CDI
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		20.866.851,86	20.866.851,86	93,73	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	-	20.475.669,69	20.475.669,69	91,97	-
Fundo de Investimento em Ações	-	391.182,17	391.182,17	1,76	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		1.396.389,93	1.396.389,93	6,27	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	451.822,93	451.822,93	2,03	112,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	628.718,59	628.718,59	2,82	125,60%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	300.625,81	300.625,81	1,35	180,00%
Outras Aplicações	-	15.222,60	15.222,60	0,07	-
Total Aplicações Financeiras		22.263.241,79	22.263.241,79	100,00	

Mês de referência 12.2019					
Composição	Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/ Valor Justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada CDI
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		9.638.797,88	9.638.797,88	54,92	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	-	9.428.806,30	9.428.806,30	53,72	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	209.991,58	209.991,58	1,20	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		3.742.132,86	3.742.065,42	21,32	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	450.733,56	450.733,56	2,57	104,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	808.444,09	808.444,09	4,61	108,07%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	2.466.350,93	2.466.283,49	14,05	108,54%
Outras Aplicações	-	16.604,28	16.604,28	0,09	-
Títulos Mantidos até o Vencimento		4.172.119,80	4.172.119,80	23,77	
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	1.286.726,28	1.286.726,28	7,33	110,02%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	561.800,98	561.800,98	3,20	113,63%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	2.323.592,54	2.323.592,54	13,24	134,51%
Total Aplicações Financeiras		17.553.050,54	17.552.983,10	100,00	

Hierarquia do valor justo:

A tabela acima apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b) Movimentação das Aplicações - demonstrado no quadro abaixo:

Movimentação	Saldo em 31.12.2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Perdas por Desvalorização	Ajuste ao Valor Justo	Saldo em 31.12.2020
Quotas Fundos de Investimentos	9.638.797,88	11.284.000,00	(422.655,38)	366.709,35	-	20.866.851,85
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	9.428.806,30	10.684.000,00	-	362.863,38	-	20.475.669,68
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	209.991,58	200.000,00	(422.655,38)	12.663,80	-	-
Fundo de Investimento de Ações	-	400.000,00	-	(8.817,83)	-	391.182,17
Títulos de Renda Fixa Privados	7.914.185,22	1.893.759,96	(8.432.474,41)	21.545,00	(625,84)	1.396.389,93
Certificados de Depósitos Bancários	5.060.381,54	1.445.000,00	(6.564.970,16)	59.588,62	-	-
Recibos de Depósitos Bancários	679.973,91	-	(227.368,02)	(46.215,92)	(219,86)	406.170,11
Letra Financeira	207.516,64	-	-	6.560,05	-	214.076,69
Letras de Câmbio	1.949.708,85	250.000,00	(1.439.823,21)	1.440,87	(405,98)	760.920,53
Outras Aplicações	16.604,28	198.759,96	(200.313,02)	171,38	-	15.222,60
Total	17.552.983,10	13.177.759,96	(8.855.129,79)	388.254,35	(625,84)	22.263.241,78

Movimentação	Saldo em 31.12.2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao Valor Justo	Saldo em 31.12.2019
Quotas de Fundos de Investimentos	7.096.744,63	4.469.461,76	(2.469.461,76)	542.053,25	-	9.638.797,88
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	7.096.744,63	4.065.551,00	(2.265.551,00)	532.061,67	-	9.428.806,30
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	403.910,76	(203.910,76)	9.991,58	-	209.991,58
Títulos de Renda Fixa Privados	4.917.114,28	6.718.501,50	(4.155.462,87)	434.150,99	(118,68)	7.914.185,22
Certificados de Depósitos Bancários	3.293.941,53	5.278.269,40	(3.780.932,93)	269.103,54	-	5.060.381,54
Recibos de Depósitos Bancários	534.104,29	100.000,00	-	45.920,86	(51,24)	679.973,91
Letra Financeira	171.465,25	200.000,00	(174.297,84)	10.349,23	-	207.516,64
Letras de Câmbio	901.943,79	1.140.232,10	(200.232,10)	107.832,50	(67,44)	1.949.708,85
Outras Aplicações	15.659,42	-	-	944,86	-	16.604,28
Total	12.013.858,91	11.187.963,26	(6.624.924,63)	976.204,24	(118,68)	17.552.983,10

5. TÁBUA, TAXAS DE CARREGAMENTO E DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Plano	Processo SUSEP	Tábua Biométrica	Carregamento	Taxa de Juros
Pecúlio Vitalício RS	15414.003490/2011-72	CSO 1958	30%	0%
Pensão Prazo Certo RCC	10.004705/99-81	CSO 1958	30%	6%

6. PERCENTUAIS DE CUSTO DE AQUISIÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

Custos de Aquisição	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Corretagem/Agenciamento	254.688,16	52,59	246.907,32	56,89
Custeamento de Vendas	229.641,12	47,41	187.118,65	43,11
Total	484.329,28	100,00	434.025,97	100,00

Sinistralidade	31.12.2020		31.12.2019	
	Benefícios Ocorridos	Percentual	Benefícios Ocorridos	Percentual
Planos de Pecúlio	87	54,04	94	57,32
Planos de Renda	74	45,96	70	42,68
Total	161	100,00	164	100,00

7. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP)

Foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP utilizando premissas atuariais atuais e métodos estatísticos para fluxos de caixa futuros dos contratos de previdência, segregados em duas partes: Fase de contribuição e fase de pagamento de benefícios, separados por regime financeiro e cobertura, que resultou, no quadro sugerido pela SUSEP um saldo de R\$ 563.537,56 da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

8. GESTÃO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco: O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva e Comitê de Riscos a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star.

b) Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:

Risco de liquidez - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros. A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros, fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros**, fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2020
Contas a Pagar	454.276,74	-	-	454.276,74
Débito de Operações com Previdência Complementar ...	21.935,10	-	-	21.935,10
Depósitos de Terceiros	788.134,21	320.523,12	38.334,66	1.146.991,89
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	273.010,27	1.817.708,64	8.116.600,38	10.207.319,29
Outros Débitos	-	-	5.918.605,05	5.918.605,05
Total dos Passivos Financeiros	1.537.356,32	2.138.231,76	14.073.540,09	17.749.128,07

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2019
Contas a Pagar.....	478.512,97	-	-	478.512,97
Débito de Operações com Previdência Complementar ...	23.340,47	-	-	23.340,47
Depósitos de Terceiros.....	578.751,59	99.236,70	43.373,84	721.362,13
Provisões Técnicas - Previdência Complementar.....	247.480,11	1.975.694,70	8.950.684,71	11.173.859,52
Outros Débitos.....	-	-	5.586.034,58	5.586.034,58
Total dos Passivos Financeiros	1.328.085,14	2.074.931,40	14.580.093,13	17.983.109,67

Risco de mercado - risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado. A Entidade elabora análise de sensibilidade que reflete interdependências entre riscos variáveis para administrar riscos financeiros.

Análise de Sensibilidade - o Teste de Sensibilidade foi realizado levando em consideração um aumento ou um decréscimo de 1,5% da taxa de juros de mercado e o aumento de 2% na taxa de mortalidade da carteira da entidade.

Risco de crédito - risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes dos emissores ou de contraparte de transações não cumprirem suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas.

Quanto ao risco de contraparte em instituições financeiras, os acompanhamentos periódicos de ratings de crédito revisados por Agências Classificadoras são avaliados pela Administração da Entidade, mantidos os limites de concentração para aplicações de recursos em instituições financeiras. A Entidade entende que nas operações de previdência não há exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que opera com produtos fundamentalmente massificados. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL				Sem Rating	Saldo Contábil
	A	AA-	AAA	BBB		
Em 31.12.2020						
Caixa e Equivalentes de						
Caixa - Sem Vencimento.....	-	-	-	-	1.069.199,04	1.069.199,04
Ativos pós-fixados						
Privados - Sem Vencimento.....	-	-	-	-	15.222,60	15.222,60
Privados até 365 dias.....	129.885,70	214.076,69	-	237.746,24	498.832,89	1.080.541,52
Privados acima de 365 dias.....	-	-	-	251.232,46	49.393,35	300.625,81
Fundo de Investimento de Ações.....	-	-	-	-	391.182,17	391.182,17
Fundo de Investimento						
FIE Títulos Públicos.....	-	-	20.475.669,69	-	-	20.475.669,69
Assistência Financeira até 365 dias.....	-	-	-	-	2.302.416,18	2.302.416,18
Assistência Financeira acima de 365 dias....	-	-	-	-	5.318.605,35	5.318.605,35
Recebíveis até 365 dias.....	-	-	-	-	3.052.047,95	3.052.047,95
Recebíveis acima de 365 dias.....	-	-	-	-	3.601.207,06	3.601.207,06
Total	129.885,70	214.076,69	20.475.669,69	488.978,70	16.298.106,59	37.606.717,37

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL						Sem Rating	Saldo Contábil
	A-	A	B+	BB	BBB-	BBB		
Em 31.12.2019								
Caixa e Equivalentes								
de Caixa - Sem Vencimento.....	-	-	-	-	-	-	659.190,94	659.190,94
Ativos pós-fixados								
Privados - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	16.604,28	16.604,28
Privados até 365 dias	627.763,19	-	382.800,53	-	210.511,96	450.733,56	1.435.895,67	3.107.704,91
Privados acima de 365 dias	1.273.989,66	338.182,68	207.516,64	-	-	361.771,96	2.608.415,09	4.789.876,03
Fundo de Investimento								
em Direitos Creditórios	-	209.991,58	-	-	-	-	-	209.991,58
Fundo de Investimento								
- Títulos Públicos.....	-	-	-	9.428.806,30	-	-	-	9.428.806,30
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-	-	-	-	3.731.061,26	3.731.061,26
Assistência Financeira								
acima de 365 dias.....	-	-	-	-	-	-	6.359.317,24	6.359.317,24
Recebíveis até 365 dias.....	-	-	-	-	-	-	2.589.061,20	2.589.061,20
Recebíveis acima de 365 dias....	-	-	-	-	-	-	3.114.025,79	3.114.025,79
Exposição máxima								
ao risco de crédito.....	1.901.752,85	548.174,26	590.317,17	9.428.806,30	210.511,96	812.505,52	20.513.571,47	34.005.639,53

Risco de subscrição - possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da entidade, direta ou indiretamente, às bases técnicas, atuariais e cálculo de contribuições. Na avaliação para aceitação são calculadas as perdas nominais esperadas, o dano máximo provável e a perda máxima possível. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela Susep e são realizados testes de consistência.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - VALORES A RECEBER (Nota 3c./ 3h.-1)

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Consignação de Órgãos Averbadores.....	246.149,58	250.685,40
Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos.....	893.007,53	862.055,22
Outros Créditos	49.404,33	70.478,59
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1).....	(542.720,41)	(490.603,52)
Total.....	645.841,03	692.615,69

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (Nota 3d./3h.-2)

Composição em:	31.12.2020	31.12.2019
Aluguéis a Receber.....	128.192,78	128.192,78
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis.....	2.643.200,52	2.063.242,72
(-) Redução ao Valor Recuperável - Aluguéis a Receber (Nota 3-h.2).....	(107.487,75)	(51.277,11)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Direitos Result. da Venda de Imóveis (Nota 3-h.2).....	(360.108,61)	(319.109,32)
Ativo Circulante.....	2.303.796,94	1.821.049,07
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis.....	2.433.006,83	2.078.129,72
Ativo Não Circulante.....	2.433.006,83	2.078.129,72

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos Judiciais - Benefícios.....	310.045,28	269.105,77
Depósitos Judiciais - Cíveis.....	136.587,91	146.582,18
Outros Depósitos - Processos SUSEP.....	10.059,04	9.788,13
Outros Depósitos - Processos Administrativos.....	16.324,14	15.911,04
Total.....	473.016,37	441.387,12

12. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES (Nota 3d.-2/3h.-3)

Composição em:	31.12.2020	31.12.2019
Assistência Financeira	6.275.156,90	7.294.812,66
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3)	(3.972.740,72)	(3.563.751,40)
Ativo Circulante	2.302.416,18	3.731.061,26
Assistência Financeira	5.318.605,35	6.359.317,24
Ativo Não Circulante	5.318.605,35	6.359.317,24

13. OUTROS CRÉDITOS:

Composição em:	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Funcionários	444,42	-
Adiantamentos Administrativos	54.512,15	42.358,00
Créditos Diversos	32.825,90	32.850,67
Ativo Circulante	87.782,47	75.208,67
Outros Créditos - Antecipação parcelas de Assistência Financeira	689.347,87	558.490,48
Ativo Não Circulante	689.347,87	558.490,48

14. BENS À VENDA

Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R\$10.848.333,09, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R\$1.566.464,50, totalizando R\$ 12.414.797,59 (R\$13.256.167,73 em 31.12.2019).

15. INVESTIMENTOS (Nota 3e.)

Composição em:	31.12.2020			31.12.2019				
	Custo	Avaliação ao Valor Justo	Variação Valor Justo	Total	Custo	Avaliação ao Valor Justo	Variação Valor Justo	Total
- Terrenos e Edificações	330.614,63	-	-	330.614,63	760.968,36	2.337.576,88	126.000,00	3.224.545,24

Alteramos, no segundo semestre/2020, o reconhecimento do valor contábil dos imóveis classificados como propriedades para investimento, substituindo o valor justo como base de mensuração, adotado em 2018, pelo custo de aquisição. O efeito dessa mudança reduz em R\$ 2.283.930,61 o Ativo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, conforme apresentado em 31/12/2020.

16. IMOBILIZADO (Nota 3f.)

Composição em:	31.12.2020			31.12.2019		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
- Imóveis	1.300.446,24	199.876,30	1.100.569,94	1.300.446,24	176.171,02	1.124.275,22
- Equipamentos	131.961,73	96.371,93	35.589,80	442.686,28	411.487,22	31.199,06
- Móveis, Máquinas e Utensílios	40.533,04	24.216,91	16.316,13	435.822,22	416.332,03	19.490,19
- Veículos	80.000,00	80.000,00	-	108.000,00	108.000,00	-
Total	1.552.941,01	400.465,14	1.152.475,87	2.286.954,74	1.111.990,27	1.174.964,47

17. INTANGÍVEL (Nota 3g.)

Composição em:	31.12.2020			31.12.2019		
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
- Desenvolvimento de Software	3.079.388,00	2.461.149,83	618.238,17	2.834.613,81	2.189.837,34	644.776,47
- Sistemas Aplicativos e Licenças de Uso	25.554,16	25.554,16	-	98.319,00	98.319,00	-
Total	3.104.942,16	2.486.703,99	618.238,17	2.932.932,81	2.288.156,34	644.776,47

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR:

Composição em:	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores.....	15.961,41	29.432,70
Aluguéis a Pagar.....	9.654,26	-
Honorários, Remunerações e Gratificações a Pagar.....	195,68	-
Pagamentos a Efetuar.....	262.365,48	297.884,37
Outras Obrigações a Pagar.....	4.201,04	4.809,42
Total	292.377,87	332.126,49

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS:

Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

Tempo de Permanência	Prêmios Antecipados		Valores a Reclassificar		Outros Depósitos	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
De 1 a 30 dias.....	1.172,00	9.441,00	132.731,34	240.964,38	354.872,23	163.811,33
De 31 a 60 dias.....	3.033,50	18.885,50	45.788,91	129.260,82	178.869,81	-
De 61 a 90 dias.....	4.450,64	11.960,00	67.215,78	4.428,56	-	-
De 91 a 120 dias.....	2.949,00	2.222,50	274.546,81	-	-	-
De 121 a 180 dias.....	3.020,47	580,00	28.942,07	82.508,89	-	-
De 181 a 365 dias.....	11.064,77	1.400,00	-	12.525,31	-	-
Acima de 365 dias.....	22.334,66	27.373,84	-	-	16.000,00	16.000,00
Total	48.025,04	71.862,84	549.224,81	469.687,96	549.742,04	179.811,33

20. PROVISÕES TÉCNICAS (Nota 3i.)

a) Movimentação dos saldos das Provisões Técnicas:

	31.12.2019	(+/-) Atualização Monetária	Constituição	Reversão	31.12.2020
Planos Bloqueados	678.942,79	14.228,11	295.186,58	324.150,38	664.207,10
Matemática de Benefícios Concedidos	484.167,86	9.818,54	79.556,05	74.907,87	498.634,58
Sinistros a Liquidar	48.437,06	4.409,57	68.298,96	88.223,04	32.922,55
Complementar de Cobertura	139.892,61	-	144.201,03	160.884,22	123.209,42
Despesas Relacionadas	6.445,26	-	3.130,54	135,25	9.440,55
Planos Não Bloqueados	10.494.916,73	1.589.863,20	3.335.068,84	5.876.736,58	9.543.112,19
Matemática de Benefícios a Conceder	1.196.658,33	187.821,84	85.971,89	146.440,27	1.324.011,79
Complementar de Cobertura	2.958.710,39	-	665.698,72	3.184.080,97	440.328,14
Provisão de Prêmios Não Ganhos	169.968,44	-	27.584,82	57.560,51	139.992,75
Riscos Vigentes e não Emitidos	11,74	-	1.590,97	1.602,34	0,37
Matemática de Benefícios Concedidos	4.270.398,99	1.188.987,24	929.475,37	1.186.453,36	5.202.408,24
Sinistros a Liquidar	629.801,07	65.058,43	825.966,05	738.836,65	781.988,90
Sinistros Ocorridos e não Avisados	408.105,18	-	57.380,99	219.622,49	245.863,68
Despesas Relacionadas	613.782,48	-	609.103,95	87.378,38	1.135.508,05
Resgates e Outros Valores a Regularizar	247.480,11	147.995,69	132.296,08	254.761,61	273.010,27
Total Provisões Técnicas	11.173.859,52	1.604.091,31	3.630.255,42	6.200.886,96	10.207.319,29

b) Cobertura das Provisões Técnicas - Suficiência:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Total Provisões Técnicas	10.207.319,29	11.173.859,52
Depósitos Judiciais Redutores	50.999,16	39.083,12
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	10.156.320,13	11.134.776,40
Ativos Garantidores Aceitos		
Títulos de Renda Fixa Privados	214.076,69	5.586.929,76
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	12.219.468,01	9.428.806,30
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	209.991,58
Fundo de Investimento de Ações	391.182,17	-
Total de Ativos Garantidores Aceitos	12.824.726,87	15.225.727,64
Suficiência de Ativos Garantidores Aceitos	2.668.406,74	4.090.951,24

21. OUTROS DÉBITOS (Nota 3k.)

a) Provisões Fiscais - Em razão de ações fiscais, por parte da Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, requerendo as supostas bases de cálculo da contribuição dos exercícios de 2003/2004 e 2005/2006 e o não reconhecimento de direitos creditórios pleiteados por meio de PER/DCOMP. Há, ainda, provisões de execução fiscal relativas à cobrança de IPTU.

Probabilidade de Perda	Ação Fiscal no Âmbito Administrativo							
	31.12.2020				31.12.2019			
	Qtde.	Reclamado	Atualizado	Provisão	Qtde.	Reclamado	Atualizado	Provisão
Provável	07	2.706.763,82	10.955.711,92	5.440.751,51	04	2.610.457,38	10.611.643,44	5.310.728,08
Possível	-	-	-	-	03	96.306,44	-	-
Total	07	2.706.763,82	10.955.711,92	5.440.751,51	07	2.706.763,82	10.611.643,44	5.310.728,08

b) Provisões Trabalhistas - demonstramos, a seguir, as contingências relacionadas a processos em que se discutem direitos trabalhistas:

Probabilidade de Perda	Processos Trabalhistas					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Qtde.	Reclamado	Provisão	Qtde.	Reclamado	Provisão
Possível	01	382.000,00	-	01	382.000,00	-

c) Provisões Cíveis - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas - Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizados em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais relacionadas a Benefícios									
	31.12.2020					31.12.2019				
	Qtde.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais	Qtde.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	13	7.575.937,51	281.709,27	25.606,28	6.768,00	16	7.391.047,65	274.450,50	26.439,32	13.100,74
Possível	01	56.428,64	1.600,00	-	-	01	56.428,64	1.600,00	-	-
Total	14	7.632.366,15	283.309,27	25.606,28	6.768,00	17	7.447.476,29	276.050,50	26.439,32	13.100,74

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios									
	31.12.2020					31.12.2019				
	Qtde.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais	Qtde.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais
Provável	29	1.122.406,75	232.718,39	15.186,23	8.465,60	23	702.135,90	110.923,30	8.733,85	5.215,01

d) Outras Provisões - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP.

Probabilidade de Perda	Processos Administrativos SUSEP					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Qtde.	Reclamado	Provisão	Qtde.	Reclamado	Provisão
Provável.....	9	210.500,00	214.715,32	7	136.500,00	137.333,60

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face à eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio Líquido	34.394.321,66	34.348.249,28
Ajustes Contábeis:		
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro.....	20.606,10	25.265,51
(-) Intangíveis.....	618.238,17	644.776,47
(-) Imóveis Urbanos/Direitos de Vendas superior 14% do Ativo Total Ajustado.....	-	750.887,45
(=) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (subtotal)	33.755.477,39	32.927.319,85
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos:		
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurados no TAP.....	2.506.079,90	7.414.327,90
(+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC.....	133.761,20	942.545,47
(=) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (total)	36.395.318,49	41.284.193,22
Capital Base	-	-
Capital de Risco Total - CR:	5.718.281,44	10.806.191,82
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição - CRsubs.....	631.234,17	585.169,69
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito - CRcred.....	2.705.533,33	2.094.700,99
Capital de Risco baseado no Risco Operacional - CROper.....	8.229,88	8.836,67
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado - CRmerc.....	4.051.949,00	9.869.282,00
Redução de Correlação de Riscos.....	(1.678.664,94)	(1.751.797,53)
Capital Mínimo Requerido - CMR	5.718.281,44	10.806.191,82
Suficiência de Capital (PLA total - CMR)	30.677.037,05	30.478.001,40
Ativos Líquidos em excesso à Cobertura Provisões Técnicas	2.668.406,74	4.090.851,24
Liquidez em relação ao CR (Ativos Líquidos/CR)	83,07%	120,61%

Obs.: O capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero e o capital mínimo requerido equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (Resolução CNSP 321/2015).

23. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DETALHAMENTO

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
BENEFÍCIOS RETIDOS	(348.940,68)	(880.958,82)
Administrativos.....	(333.291,14)	(801.088,11)
Judiciais.....	(15.649,54)	(79.870,71)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(484.329,28)	(434.025,97)
Corretagem/Agenciamento - Planos de Pecúlio.....	(254.688,16)	(246.907,32)
Custeamento de Vendas.....	(209.489,34)	(149.364,47)
Outros Custos de Aquisição.....	(20.151,78)	(37.754,18)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	287.725,92	650.345,19
Receitas com Redução/Baixa de Provisões de Contingências Passivas.....	151.372,09	570.628,07
Outras Receitas Operacionais.....	136.353,83	79.717,12
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(573.001,39)	(443.069,06)
Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis.....	(141.028,54)	(289.824,22)
Despesas com Provisões.....	(342.229,39)	(84.453,25)
Outras Despesas Operacionais.....	(89.743,46)	(68.791,59)

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
SINISTROS OCORRIDOS	(161.607,38)	(653.296,48)
Administrativos	(280.847,93)	(347.159,78)
Judiciais	(43.000,95)	(106.132,98)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	162.241,50	(200.003,72)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.514.628,89)	(2.646.842,07)
Pessoal Próprio	(1.269.013,83)	(1.319.565,41)
Serviços de Terceiros	(512.736,83)	(514.524,96)
Localização e Funcionamento	(271.357,56)	(352.872,26)
Depreciação e Amortização	(308.849,60)	(342.750,55)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(15.081,64)	(12.500,00)
Despesas com Publicações	(14.327,76)	(14.815,20)
Despesas com Donativos e Contribuições	(44.005,26)	(37.002,00)
Outras Despesas Administrativas	(79.256,41)	(52.811,69)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(650.031,67)	(484.809,20)
COFINS	(454.406,64)	(308.742,44)
PIS	(73.841,08)	(50.170,66)
Taxa de Fiscalização	(101.560,96)	(104.107,41)
Outros Tributos	(20.222,99)	(21.788,69)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.214.084,33	9.064.875,24
Títulos de Renda Fixa Privados	232.637,81	1.074.310,54
Assistência Financeira	5.979.758,38	6.819.532,16
Fundos de Investimentos	550.408,93	542.053,25
Receitas Financeiras com Créditos Recebidos	425.660,81	606.028,09
Outras Receitas Financeiras	25.618,40	22.951,20
DESPESAS FINANCEIRAS	(5.288.900,01)	(3.797.387,52)
Despesas com Títulos de Renda Variável	(183.699,57)	-
Despesas com Títulos de Renda Fixa	(178.378,39)	-
Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados	(14.228,11)	(3.782,30)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados	(1.589.863,20)	(492.110,27)
Assistência Financeira	(3.153.678,05)	(3.137.190,74)
Outras Despesas com Encargos Financeiros e Atualização Monetária	(164.158,75)	(163.310,25)
Outras Despesas Financeiras	(4.893,94)	(993,96)

24. EFEITOS DO NOVO CORONAVÍRUS

O Exercício de 2020 foi fortemente impactado pela pandemia COVID-19, tendo severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Dentre as ações tomadas, destacam-se: (a) adoção do trabalho em "home office"; (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares com os sintomas do vírus; (c) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento, dentre outros. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais são incertos quanto à sua duração e severidade, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuando a ser monitorados atentamente pela Administração da Entidade.

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores da
VIVER PREVIDÊNCIA
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro/retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores/retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Viver Previdência, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Viver Previdência é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro/retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores/retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no tópico "Escopo da Auditoria", com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro/retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores/retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Viver Previdência são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro/retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores/retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Viver Previdência em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Continuação

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no tópico “Escopo da Auditoria”, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Viver Previdência e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

Elmo Henrique de Moraes

Atuário MIBA 2040

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
VIVER PREVIDÊNCIA
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da VIVER PREVIDÊNCIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER PREVIDÊNCIA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício de 2019, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 19 de fevereiro de 2020, não conteve ressalvas.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Continuação

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2021.

Fernando Motta Auditores

CRCMG-12.557 | CVM-12.815

Alessandra Nascimento da Silva Cadar

Contadora CRCMG - 79.000

NOSSOS ENDEREÇOS

BELO HORIZONTE/MG (Matriz)

Avenida Alvares Cabral, 397 - 2º andar
Lourdes - Belo Horizonte/MG
CEP 30170-000
Tel.: (31) 3226-4777

Rio de Janeiro/RJ

Rua Visconde de Inhauma, 38 - 11º Andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20091-007
Tel.: (21) 3211-7700

viverprevidencia.com.br

